

## **ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM – Pesquisador de Políticas Culturais**

**Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA. Pesquisador do CNPq. Secretário de Cultura do Estado da Bahia.**

### **1. Quem é Antônio Albino Canelas Rubim?**

Eu sou um professor. Eu gosto de ensinar, de fazer pesquisa e agora estou Secretário da Cultura do Estado da Bahia.

### **2. O que você entende como cultura?**

Eu acredito que cultura é um algo amplo. Tem toda uma polêmica, toda uma discussão sobre o conceito de cultura. Estou com aqueles que dizem que a cultura é um conjunto bastante complexo, que abrange não só arte e patrimônio, mas também comportamentos, valores, ritos, todo um conjunto de esferas e de dimensões que dão sentido ao universo e que a humanidade vai construindo para se locomover no mundo, na sua história, na sua relação com os outros homens e mulheres, na relação com a natureza. Todo o sentido que a gente vai criando em torno de nossa vida, isto é cultura.

### **3. Como você avalia as políticas culturais na Bahia, tanto no âmbito público quanto privado?**

Como no Brasil, nós não temos uma tradição de políticas culturais na Bahia. Fiz um estudo que mostra que o país tem tradições muito complicadas, como a ausência de políticas, a presença de autoritarismo e a instabilidade. Isso acontece na Bahia com alguns agravantes. Em determinados momentos, nós tivemos culturas que foram apropriadas oficialmente e se tornaram uma baianidade entendida como cultura afro-baiana. Como se a Bahia não fosse um estado de diversidade, como se não acolhesse uma série de dados diferenciados. Tínhamos uma política cultural que buscava impor uma monocultura para o estado. Algo difícil, porque somos um estado diverso. Temos culturas afro-baianas potentes, culturas dos sertões fortes, cultura da região cacauzeira, da Chapada Diamantina e temos uma cultura da região do oeste, cultura do cerrado em diálogo com parte de Minas Gerais e Goiás. Somos um estado com vários tipos de cultura diferentes. Impor uma única é prejudicial. Algumas políticas culturais da Bahia fizeram isso. As políticas mais recentes vêm corrigindo essa tradição, buscando a diversidade, e superando a chamada política de balcão. Essa é uma mudança importante que está acontecendo na Bahia e no Brasil.

### **4. Qual o papel da iniciativa privada no financiamento à cultura?**

Nós temos leis de incentivo no Brasil que são muito voltadas para empresas. Em outros países há leis que são voltadas para pessoas físicas, que incentiva o indivíduo a investir em cultura. O que aconteceu na economia estadual é que as grandes empresas baianas deixaram de existir, porque elas foram fagocitadas pelas grandes multinacionais ou deixaram de ter sede em [www.producaoculturalba.net](http://www.producaoculturalba.net)

Salvador. Isso dificulta qualquer relação de apoio à cultura, porque é mais fácil você ter apoio nos lugares onde estão as sedes das empresas, porque ali está o poder de decisão. Nós perdemos esse poder. Mas eu acredito que a iniciativa privada deve ter um papel complementar no financiamento à cultura. Complementar porque a iniciativa vai financiar aquilo que interessa a ela enquanto empresa. O estado, diferentemente da iniciativa privada, tem que dar conta do todo, do interesse público. Ele deve ter necessariamente a dimensão de universalidade. Ele busca atender a toda a diversidade da cultura, o que não acontece com a iniciativa privada. Em geral, ela atende aquelas áreas da cultura que tenham interesse de mercado. Logo, a parte mais substantiva do financiamento vem do estado, complementado pela iniciativa privada. O problema é que no Brasil, no período neoliberal, nós tivemos uma inversão disso. O financiamento foi quase todo realizado via leis de incentivo. As leis de incentivo no Brasil têm um financiamento com dinheiro público, mas decidido pela iniciativa privada. Como você incentiva a iniciativa privada a investir na cultura se há 100% de isenção de impostos? Com 100% de isenção, o dinheiro é público. A lei estadual de incentivo só permite a isenção de 80%. Como é que uma lei de incentivo de 80% concorre com uma lei de 100%? A existência desse tipo de lei é prejudicial à cultura. O objetivo é trazer a iniciativa privada a investir na cultura. Nós fazemos o nosso papel mantendo 80% como isenção máxima e dizendo em todos os fóruns que a isenção de 100% é um absurdo. Ela impede que as empresas aportem recursos para a cultura, de verdade.

**5. Qual o orçamento atual da Secretaria de Cultura do estado? O que representa este orçamento em termos de percentual em comparação a outras secretarias? Deste orçamento, qual o percentual para pessoal, custeio e investimento?**

Nosso orçamento total deve estar hoje em torno de 250 milhões de reais, sendo metade utilizada em gastos fixos. O que sobra para financiar a cultura é algo em torno de 50 a 60 milhões. O que é pouco para a complexidade e a amplitude da cultura na Bahia.

**6. Qual a importância da recente aprovação da Lei Orgânica da Cultura na Bahia? Qual a situação do Plano e do Sistema Estadual de Cultura?**

A Lei Orgânica da Cultura é vital. Ela foi construída desde a gestão passada e foi aprovada em 2011. É muito importante em três aspectos. Ela institui o Plano Estadual de Cultura. Nossa prioridade agora é elaborar um plano de cultura para os próximos dez anos, em sintonia com o Plano Nacional de Cultura, que também é decenal. Temos uma comissão trabalhando nisso. Nós somos um dos 17 estados que estão nesse programa nacional apoiado pelo Ministério da Cultura. Logo vamos submeter este plano à consulta pública e ao Conselho estadual de Cultura e depois enviar para a Assembleia Legislativa. Outro aspecto da Lei Orgânica é a instituição do Sistema Estadual de Cultura. Somos o quarto estado a ter um Sistema Estadual de Cultura aprovado pela Assembleia Legislativa. Isso é muito relevante. O plano é o conteúdo, mas precisamos de um esqueleto, que é o Sistema Estadual de Cultura. Outro ponto substantivo na Lei Orgânica é a democratização do Conselho Estadual de Cultura. Ela passa a

ter três tipos de representação: um terço do poder público, um terço dos setores culturais e um terço dos territórios culturais, o que está em sintonia com o processo de territorialização em andamento na Secretaria. A lei é importante porque trabalha estes três aspectos e outros. Ela dá um horizonte bem promissor para a cultura na Bahia. O plano é prioridade. Em 2011, nós fizemos a conferência estadual voltada para a construção do plano estadual de cultura. Este ano nós estamos avançando, completando o diagnóstico. Logo vamos passar para a etapa de elaboração de propostas. Submeteremos essas propostas a um grande debate público, antes de enviar o plano para a Assembleia Legislativa, a fim de chegarmos à conferência estadual de 2013 com o plano aprovado. Nós também estamos construindo o Sistema Nacional e o Sistema Estadual. Esperamos consolidar o sistema e o plano.

**7. Qual a sua opinião sobre a manutenção de corpos estáveis, como o Balé Teatro Castro Alves (BTCA) e a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA), pelo estado?**

Eu sou totalmente favorável. Há determinadas áreas da cultura que devem ser financiadas pelo estado. Não há em nenhum lugar do mundo algumas instâncias culturais que não sejam financiadas pelo estado. Não tem cinema de vanguarda que não seja financiado, não tem dança experimental, determinadas áreas de pesquisa, determinadas áreas das culturas populares. Os corpos estáveis devem ser financiados pelo estado porque é muito difícil manter uma orquestra, por exemplo. A grande maioria das orquestras do mundo é financiada pelo estado. Da mesma maneira, grandes companhias de dança também. Isto não quer dizer que não possam existir orquestras qualificadas, financiadas pela iniciativa privada, que não existam bons grupos de dança mantidos pela iniciativa privada ou pela sociedade civil. Mas é fundamental termos os corpos estáveis, pois eles podem ter experimento de ponta, podem ter uma ótima qualidade. Eles podem desenvolver suas atividades sem se render à lógica mercantil. Então eu sou a favor de manter os corpos estáveis. Sou totalmente a favor que a OSBA e o BTCA existam.

**8. Como têm sido desenvolvidas e quais os resultados das políticas de interiorização e descentralização das ações e recursos da cultura no estado? E em relação a Salvador, qual o papel do estado?**

Nós preferimos não usar a palavra interiorização, mas territorialização, porque as políticas culturais têm que chegar a certos territórios. Não é apenas ao interior que elas não chegam. Elas também não estão presentes em territórios da periferia da capital. As políticas culturais estavam concentradas em determinados espaços da cidade de Salvador e de algumas cidades maiores da Bahia. Nós temos que fazer com que essas políticas criem uma relação com todos os territórios baianos. Então chamamos este processo de política de territorialização. Esse foi um dos marcos importantes da gestão de Marcio Meirelles. Nós estamos consolidando e mesmo radicalizando este procedimento. Por exemplo, transferimos os centros de cultura que eram da Fundação Cultural para a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult), para que estivessem mais sintonizados com a territorialização. Criamos os

macrorrepresentantes regionais, já tínhamos os representantes territoriais e agora temos também macrorrepresentantes. Realizamos caravanas culturais em vários territórios do estado. Estamos fazendo uma política fortemente associada ao movimento de territorialização. A crítica que é feita muitas vezes, de que isso significa deixar de dar atenção à Salvador para cuidar do interior, não é verdadeira. Se olharmos o quanto é investido em Salvador e quanto é investido no interior, veremos que em Salvador o investimento ainda é enorme. Então essa crítica não tem nenhum substrato de realidade. Além de ser incorreta, pois a Secretaria é estadual e não municipal. O que precisaríamos era ter também uma secretaria municipal de cultura.

#### **9. Qual a situação dos espaços culturais da Secretaria? Qual a expectativa no que se refere às reformas do TCA e do MAM?**

Os centros culturais foram transferidos para a Sudecult. Eles têm uma prioridade importante nessa gestão. Nós estamos buscando recursos para fazer reformas em todos esses centros. Quando eu cheguei aqui, se falava que tínhamos 17 centros. Outro dia a prefeitura de Campo Formoso informou que o centro de cultura de lá era nosso e que estava abandonado. Nós fomos verificar e vimos que era nosso mesmo. Então nós teremos que recuperar esse centro em Campo Formoso para incorporar à nossa lista de centros que são poucos: 18 centros para 417 municípios. Não imaginamos um centro em cada município, até porque não temos condições para isso. Mas, pelo menos, um centro em cada território de identidade. De um lado estamos buscando recursos e já temos uma coisa já bem engatilhada de recurso para fazer uma reforma geral dos centros. De outro lado, nós temos um projeto no Ministério da Cultura que está adiantado para equipar os centros. Estamos discutindo muito com os coordenadores dos centros sobre a programação, queremos que acolham uma programação local e uma nacional. Mas queremos que tenham programações territoriais também, para que haja um diálogo cultural entre as cidades do território, algo que ainda não há de modo substantivo. Também estamos desenvolvendo uma programação estadual, para circular por todos nossos centros. Isso vai tornar mais densidade à programação, torná-la mais constante e qualificada, para que eles sejam os polos culturais das cidades e territórios de identidade, onde estão alocados. No TCA, nós estamos fazendo todo o esforço do mundo para buscar recurso para o projeto de reforma. Conseguimos, com apoio do governador, uma emenda de bancada baiana de 20,5 milhões de reais, que está destinada ao TCA. Estamos negociando com empresas. Estamos acertando com o governador de fazermos reuniões com empresários e com dirigentes de empresas estatais para que eles possam apoiar o TCA. O governo do estado colocou o TCA no pedido de empréstimo que ele fará. Estamos também negociando com o Ministério da Cultura. Buscamos alternativas também para que o Museu de Arte Moderna (MAM) também tenha sua restauração, que é necessária. O píer, por exemplo, está destruído, temos que urgentemente resolver isso. É que há muita demanda nessa parte de infraestrutura. Muitos espaços da Secretaria se encontram em situação precária, devido à histórica falta de manutenção. Estamos muito empenhados em superar esta grave situação.

#### **10. Qual o papel da Secult no que se refere à dinamização do Pelourinho?**

Quando chegamos tinha uma situação que eu acho equivocada. A Secretaria de Cultura era a instância que articulava as outras secretarias na intervenção no Pelourinho. Eu busquei fazer o Governo entender que não era uma boa alternativa, pois a Secult, como uma secretaria pequena e sem muito orçamento, não tinha poder político para coordenar a ação do Estado no Pelourinho, o que estava criando uma situação complicada. Vinham demandas gigantes que nós não tínhamos condições de dar conta. Além disto, a Secretaria deixava de fazer bem o que era específico na sua área, a intervenção cultural no Pelourinho. O governo entendeu isso e passou a responsabilidade da coordenação para o Gabinete do próprio Governador. Desde então, Edmon Lucas, Chefe de Gabinete do Governador, é o coordenador da atuação do Governo do Estado no Pelourinho. A Secretaria de Cultura é um participante importante na ação, mas cuida da parte cultural. Criamos o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), que está instalado no Pelourinho, que tem dinamizado muito o local e tem tido um papel fundamental em revigorar sua programação. A partir do CCPI, temos feito algumas intervenções bem fortes no Pelourinho, como o carnaval. Segundo o Secretário de Turismo, Domingos Leonelli, as pesquisas realizadas atestam que o turista estrangeiro prefere o carnaval do Pelourinho. Ele está virando um carnaval da diversidade. No Natal, nós fizemos uma programação bastante intensa. O Pelourinho não pode ser mantido com programações esporádicas. A alternativa é fazer sequências de eventos, períodos inteiros que mantenham o público lá. Estamos trabalhando nessa perspectiva. Tem o São João, que fazemos em parceria com a Secretaria de Turismo. Estamos cumprindo com o nosso papel, eminentemente no campo da cultura. Outro dado importante é que levamos a FUNCEB para o prédio do antigo Liceu de Artes e Ofícios e estamos com um projeto de transformar o Liceu em um centro cultural. Também remanejamos uma série de espaços ali. Por exemplo, transformamos a Escola de Dança da FUNCEB em um Centro de Formação em Artes. No ano passado, esse Centro de Formação já começou cursos em outras áreas: artes visuais, música, inclusive com a Orkestra Rumpilezz. O maestro Letieres deu todo um curso de formação em música. O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) recuperou a igreja do Rosário recentemente, e a igreja do Pilar. Estamos fazendo o que cabe à Secretaria de Cultura.

#### **11. Como você percebe a questão da profissionalização na área cultural?**

Acho fundamental. Ai de mim como Secretário se não tivesse o curso de graduação em Produção Cultural, o Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e o curso de Política e Gestão Cultural do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da UFBA. Quer dizer, se na Bahia não existissem esses cursos, nós teríamos uma grande deficiência de pessoas no campo da cultura, da gestão e produção culturais. Se vocês olharem na Secretaria, a quantidade de pessoas que vem destes cursos é bem significativa. Isto acontece não é porque sou professor da Universidade, mas porque são lugares que formam pessoas e nós precisamos ter cada vez mais pessoas profissionais no campo da cultura. Acabou aquele momento em que os centros culturais eram dirigidos pelo filho do político que

um dia fez na vida uma poesia ou o empresário que pegava a tia dele para dirigir um órgão de cultura. Antigamente era assim, a elite escolhia alguém entre eles que tinha alguma propensão para as artes. Essas eram as pessoas que ocupavam cargos na área de cultura. Uma forma totalmente amadora. Isto aconteceu em todo o Brasil. Hoje a Bahia vive uma situação privilegiada, porque temos quadros que estão saindo das universidades. Pessoas competentes com formação na área específica. Isso qualifica muito a gestão e a produção cultural na Bahia. Eu acho que nós podemos dar um salto ainda maior. Uma das prioridades de minha gestão é a área de formação, porque nas conferências que têm sido realizadas no Brasil e na Bahia a formação é uma das principais demandas. A Lei Orgânica prevê um programa de qualificação em cultura. Nós elaboramos um programa e criamos uma rede com todas as universidades públicas, os institutos federais técnicos, o sistema S, o Ministério da Cultura, a Secretaria de Educação, outras secretarias estaduais, diversas ONGs que trabalham com cultura e comunicação. Nós nos cercamos daquilo que tem de melhor na área de formação para criar a rede. Dos editais que nós lançamos anualmente, um deles é de formação e qualificação em cultura. Além disso, negociamos com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) uma série de cursos chamada *Trilha das Artes*. Estamos negociando outra série de cursos chamada *Trilhas Digitais* para que tenhamos cursos na área de culturas digitais. A partir da rede estamos apoiando a criação do Programa de Pós-Graduação em Museologia na Bahia. Estamos criando um curso de graduação em Culturas Digitais, com a Universidade Luso-Brasileira (UNILAB), que tem sede no Ceará e terá um campus em São Francisco do Conde. Com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) acertamos a construção de curso e centro em Santo Amaro, destinado à área de Engenharia do Espetáculo. A Bahia é reconhecida hoje como um centro de cultura. Existe uma visão nacional e internacional de que a Bahia é um lugar de produção de cultura. Nós queremos fazer com que a Bahia seja reconhecida como um lugar de formação em cultura com cursos de extensão, graduação e pós-graduação (mestrados, doutorados, especializações etc.) nas mais diversas áreas e tipos, para que venham pessoas de fora fazer cursos na Bahia. Essa é uma meta prioritária da nossa gestão.

## **12. O que você pensa em relação à gratuidade do acesso à cultura? E em relação ao valor dos ingressos e produtos em Salvador?**

É uma questão complexa. Acho que de um lado, muitas das atividades culturais devem ser gratuitas para que o público tenha acesso, mas, por outro lado, eu também penso que nem tudo deva ser gratuito. Quando nós falamos do sistema de financiamento da cultura, nós falamos de três modalidades de financiamento. Uma é o estado bancar, pois a cultura não é de graça, alguém tem que bancar. Dois, a iniciativa privada financiando. Três, o público pagando. É fundamental que essas três modalidades se desenvolvam. Uma das facetas mais prejudiciais das leis de incentivo, na atualidade, é que elas estão inibindo o mercado cultural. Não creio que o mercado tenha que se estender a todas as áreas. Existem esferas da cultura que devem ser bancadas pelo estado. Outras podem ser financiadas pela iniciativa privada. E, por fim, outras

têm que ser bancadas pelo público. O que é que está acontecendo no Brasil hoje com essa predominância das leis de incentivo? As temporadas teatrais no Brasil estão diminuindo. O que é um absurdo, porque uma das maneiras que se tinha de sustentar o teatro era obter fazer sucesso com grandes temporadas de público. Se essa alternativa está diminuindo, o teatro fica cada vez mais dependente apenas do patrocínio, o que é problemático para o teatro, pois determinados tipos de teatro que não têm facilidade de obter apoio das leis de incentivo entram em colapso. É fundamental a existência de um mercado da cultura. Mas o mercado cultural não pode ser para as culturas populares. Não se pode impor às culturas populares que elas se submetam à lógica de mercado. A cultura é complexa, nós temos que ter um sistema de financiamento complexo.

### **13. Qual a sua avaliação sobre a gestão cultural na Bahia? E em relação a outros estados?**

Nós temos vantagens e desvantagens em relação a outros estados. Desvantagens como as tendências ao autoritarismo até bem recentemente. Isso prejudica muito a cultura, porque a cultura não sobrevive bem com o autoritarismo. Ele inibe o ambiente crítico e a cultura precisa da crítica para se desenvolver. Nós não podemos ter uma lógica de apadrinhamento. É preciso apoiar não só aquilo que elogia, mas é preciso igualmente apoiar o que é crítico. A cultura precisa ter um ambiente não autoritário. Nós tivemos um grande prejuízo por causa da presença do autoritarismo na Bahia, mesmo depois da ditadura. De outro lado, temos algumas vantagens. Penso que na área de formação temos uma vantagem muito grande, porque tivemos uma universidade, a UFBA, que desde o início teve dirigentes com sensibilidade para a área de arte e cultura. Então tivemos a primeira Escola de Teatro, a primeira Escola de Dança, o primeiro curso de graduação em Produção Cultural, juntamente com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Hoje a UFBA tem muitos cursos de graduação e pós-graduação na área de cultura. Talvez seja a universidade brasileira que possui o leque mais complexo de cursos em cultura. Existe também uma diversidade de cursos em outras universidades. Por exemplo, recentemente começou a funcionar o curso de pós-graduação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na área de memória, e um curso de graduação, na área de cinema. A Bahia vive uma situação privilegiada. Não é todo estado que tem pessoal qualificado na área de cultura que pode entrar no serviço público. Isso tem qualificado muito a gestão cultural na Bahia. Temos a desvantagem das sedes de empresas terem saído do estado. Outra dificuldade é com os índices de inclusão social. Eles são muito baixos, a qualidade da escolaridade é muito ruim, apesar de estar mudando recentemente. O Governo Jaques Wagner é vital nesta mudança. Mas, ao mesmo tempo, existem na Bahia culturas populares e identitárias muito fortes, como a cultura afro-baiana, as culturas dos sertões e da região do cacau. Há situações positivas e negativas. Se nós conseguirmos vencer essas situações negativas, avançamos e o estado da Bahia vai se destacar em relação a outros estados. Mas precisa superar essas mazelas que não são poucas.



#### **14. O que mudou nos últimos anos? O que precisa melhorar?**

O campo da cultura mudou bastante. A utilização de editais como instrumento de distribuição de recursos no campo da cultura é fundamental, porque antes você tinha uma lógica de favor. Não quero dizer que os editais são a modalidade perfeita, mas são instrumentos muito mais republicanos e democráticos de distribuição de recursos. Outra mudança importante é que tínhamos o Fazcultura como grande instrumento de financiamento à cultura e o Fundo de Cultura era totalmente deprimido. Hoje o maior instrumento de financiamento é o Fundo de Cultura, e o Fazcultura continua tendo sua presença, mas não é o maior procedimento de financiamento à cultura na Bahia. O que acontecia na situação anterior ao atual governo deprimia Salvador. Tornava Salvador uma cidade sem governo. O estado tinha um papel tão grande que desmantelava o governo municipal, não respeitava a autonomia da gestão municipal. O estado meio que virava o poder municipal, cuidava de Salvador e não cuidava do resto da Bahia. Então isso está sendo mudado significativamente. Não é que a Secretaria deixe de cuidar de Salvador. Ela merece um cuidado porque é a cidade mais importante da Bahia, onde a presença cultural é mais forte. Mas a Secretaria Estadual de Cultura tem que estar voltada para a Bahia, em sua totalidade. Precisamos ter mais recursos, mais pessoal qualificado, precisamos enraizar a Secretaria em todos os territórios da Bahia, ter mais equipamentos culturais no interior e na capital. Salvador, por exemplo, não tem um grande centro cultural. Porto Alegre, com seus um e meio milhão de habitantes - nós temos quase três milhões - tem dois grandes centros culturais: um do estado, o Mário Quintana, e o da prefeitura, o Gasômetro. Falo de centro cultural no sentido forte da palavra. Não é eu colocar num boteco o nome centro cultural, não. Centro cultural mesmo, que acolha diversas áreas culturais, que tenha espaço para cinema, música, teatro, dança, literatura etc. Isso não existe em Salvador e não tem na Bahia. Isto faz falta. Ampliar e fortalecer ainda mais a formação em cultura, porque podemos nos distinguir no Brasil nessa área. Desenvolver mais estudos no campo da cultura, pesquisas, publicações, circulação cultural. As políticas culturais no Brasil se voltaram muito para a produção, para a criação. Esqueceram que é importantíssima a circulação e distribuição. Então temos uma política cultural meio capenga. É preciso reforçar muito a circulação. Tanto a circulação no interior da Bahia, quanto a presença da cultura baiana em outros estados e países. A Bahia tem atrações maravilhosas de música que ninguém conhece. Imaginam que na Bahia só tem os nomes nacionalmente conhecidos, que são interessantes, mas você tem uma diversidade musical que não circula porque não tem acesso aos grandes meios de comunicação. Fundamental mudar esta situação.

#### **15. Como gerir a cultura sem dirigir a cultura?**

Nós vivemos um período de governo autoritário em que ele dirigia a cultura. Interferia, censurava, queria impor determinados tipos de cultura, financiava mais uns do que outros. Acho que nós não vivemos mais isso. Quando alguém vier com esse discurso, desconfie. Mas isto não significa que não existam problemas graves no Brasil neste campo. A mídia tem que ser democratizada no Brasil. Ela é uma das áreas que não foi transformada pelo processo de



democratização que vivemos. Quando se fala sobre a democratização da mídia, logo reagem acusando: é dirigismo. É o contrário disso. A mídia brasileira não dialoga com a diversidade cultural brasileira. Quem conhece as culturas regionais da Bahia? E as do Brasil? Elas estão totalmente excluídas da mídia brasileira. Elas não têm acesso à mídia e quando têm é só estereótipo. É um tipo de sotaque que ninguém reconhece. Se tivéssemos uma mudança democrática na mídia, teríamos muito mais diversidade no país. A cultura se desenvolveria muito. A gente quer a diversidade e diálogos interculturais. Isto não tem nada a ver com o dirigismo. O dirigismo, em verdade, está localizado em outros lugares. Quando se impõe apenas um caráter mercantil à cultura, isto é um tipo de dirigismo. Não vejo dirigismo nas recentes políticas culturais no Brasil e na Bahia. As políticas culturais que Gilberto Gil e Juca Ferreira desenvolveram estão longe do dirigismo. Foram políticas de diversidade. A mesma coisa a gente faz na Bahia.

**\*Entrevista realizada por Anderson Bispo e Marília Moura, dia 04 de junho de 2012, na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, em Salvador.**